



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO de INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AMAZONIA – CINDRA.

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2022

(Do Sr. João Daniel)

Requer a realização de Audiência Pública para debater “O Risco da privatização da Eletrobras para a industrialização das regiões Norte e Nordeste, como também para o uso múltiplo das águas nessas regiões”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização a realização de Audiência Pública para debater “O Risco da privatização da Eletrobras para a industrialização das regiões Norte e Nordeste, como também para o uso múltiplo das águas nessas regiões”.

Propomos que sejam convidados:

Representante da Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras.

Ex-Presidente da ANA - Senhor Vicente Andreau

Representante da FRUNE – Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste.

Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários.

Representante do SINDISAN/SE

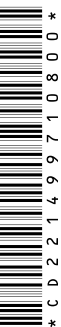
JUSTIFICAÇÃO

Há um grande risco para o país com perda do controle público da Eletrobras, tanto na questão da soberania do setor

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 6º andar - Gabinete 605 | 70160900 Brasília DF
Tel: (61) 3215-5605 - Fax: (61) 3215-2605 | E-mail: dep.joaodaniel@camara.gov.br



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Daniel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221499710800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO de INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AMAZONIA – CINDRA.

elétrico, quanto ao perder o comando da grande da malha fluvial nacional. No Nordeste, em particular, é muito preocupante como ficará a gestão do Rio São Francisco, em termos de seus usos múltiplos, com a Chesf privatizada.

Esta privatização provocará também um impacto direto para a cadeia produtiva na indústria, em especial nas regiões Norte e Nordeste, tendo em vista que, os aumentos das tarifas de energia que poderão dela advir irão obrigar as empresas a procurarem outros países para desenvolver suas atividades, ou até suspendê-las, sacrificando ainda mais essas regiões, que já sofrem um grande impacto com fim de programas como o Luz para Todos.

Esse processo está dependendo da decisão final sobre o leilão previsto pela Eletrobras, uma vez que o Tribunal de Contas da União (TCU) tem dúvidas quanto a lisura do processo, e aquela Corte necessita de maiores esclarecimentos quanto a venda das ações da empresa no mercado nas condições propostas, uma vez que o valor estabelecido para a outorga trará um prejuízo de R\$ 63 bilhões de reais aos cofres da União.

Assim, ainda cabe um maior aprofundamento desse processo, com discussões que podem levar a reflexões sobre as consequências que essa venda das ações trará e sobre a importância da Eletrobras pública no cenário político e econômico, na geração de empregos, na industrialização e no crescimento das demandas energéticas estratégicas para o desenvolvimento sustentável brasileiro e o fortalecimento da nossa soberania.

Por estas razões, contamos com o apoio dos nobres pares, para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de maio de 2022.

Deputado JOÃO DANIEL
(PT/SE)

